



DOI:10.12957/transversos.2019.41858

Luanda, Moscou, Pretória e Washington: os discursos presidenciais em Angola sobre as relações internacionais e o conflito com a UNITA (1975-1991)

Kelly Cristina Oliveira de Araujo

Escola de Economia de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas

kcris.araujo@gmail.com

Resumo

Em Angola a internacionalização do último ano da guerra colonial e da primeira fase da guerra civil que se seguiu a esta, portanto desde 1975 até 1991, possibilitou que o Estado angolano, governado pelo MPLA tenha instituído que o inimigo do povo angolano não estava entre ele mesmo, mas sim nas chamadas forças imperialistas.

O discurso da guerra contra o imperialismo e os seus agentes, possibilitou ocultar que havia uma fissura interna que questionava o poder instituído. Assim, o líder da UNITA, assim como o próprio movimento, não foi mencionado nominalmente no governo de Agostinho Neto (1975-1979), tendo sido negada, portanto, a sua importância. Da mesma forma, os discursos presidenciais do

de seu sucessor, José Eduardo dos Santos (1979-atual), permitem entrever a construção do inimigo interno, a forma como se lida com ele oficialmente, e os desdobramentos dos conflitos que podem ter sido recrudescidos pela negação da sua existência.

Palavras-Chave: Angola, Jonas Savimbi, guerra civil.

Abstract

In Angola, the internationalization of the last year of the colonial war and the first phase of the civil war that followed it, from 1975 to 1991, made it possible for the Angolan state, ruled by the MPLA, to institute that the enemy of the Angolan

people was not among them but in the so-called imperialist forces.

The speech of the war against imperialism and its agents made it possible to hide that there was an internal fissure that questioned the established power. Consequently, the leader of UNITA, as well as the movement itself, was not mentioned nominally in the government of Agostinho Neto (1975-1979), and its importance was denied.

Likewise, the presidential speeches of his successor, José Eduardo dos Santos (1979-present), allow us to glimpse the construction of the internal enemy, the way the government dealt with it internally, and the unfolding of the conflicts that may have been recrudesced by the denial of its existence.

Key-Words: Angola, Jonas Savimbi, civil war.

Apresentação

Jonas Savimbi, líder da União para a Independência Total de Angola, (UNITA), não era mencionado nominalmente enquanto protagonista de uma guerra civil que se iniciou em Angola um mês depois da independência ter sido declarada em Luanda pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a 11 de novembro de 1975, uma vez que a guerra foi considerada pelo novo governo, acima de tudo, como uma guerra regular que opunha exércitos formalmente constituídos para defenderem nações.

Para compreender o desenrolar desse processo e suas consequências, partiremos de uma leitura e análise dos discursos feitos por Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola e do MPLA e, posteriormente, por seu sucessor José Eduardo dos Santos, a partir de 1979, naquilo que tange as relações internacionais de Angola e o conflito com a UNITA – desde o momento da proclamação da independência até a assinatura dos Acordos de Nova Iorque, em 1988. O tema é vasto e não há possibilidade de esgotá-lo aqui. Sendo assim, escolhemos alguns discursos que julgamos serem mais representativos para a compreensão da tessitura das relações internacionais que o Estado recém-independente engendrou, bem como, em paralelo, entender o crescimento da UNITA e da construção de Jonas Savimbi enquanto inimigo do governo angolano.

1975: a gestação da guerra civil

O quadro político turbulento em meio ao qual ocorreram as assinaturas dos Acordos de Alvor, a 15 de janeiro de 1975, que visava reconciliar os três movimentos de independência

reconhecidos em Angola para assumirem conjuntamente o poder após a retirada do colonialismo português, foi marcado em grande parte pelo falhanço do Acordo em todos os seus preceitos, principalmente porque não houve um real empenho por parte de qualquer um dos três movimentos de partilhar o poder, pelo contrário engajaram-se desde a assinatura do Acordo numa guerra que visava que apenas um viesse a ser hegemônico.

Lembremos que uma semana antes da assinatura do Acordo, o MPLA, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a UNITA reuniram-se em Mombaça, no Quênia, para tratar de uma plataforma de intenções comuns que seria negociada com Portugal. A reunião de Mombaça teria sido proposta pela UNITA que, reconhecendo sua inferioridade em termos militares naquele período, tinha interesse na formação de uma frente para governar Angola durante a transição política para a independência, e que o critério de escolha para a sua composição fosse a investida armada contra o colonialismo - daí que os três movimentos que participaram do governo de transição, FNLA, MPLA e UNITA, tenham sido escolhidos ou deliberados por sua chamada *“legitimidade revolucionária”* (Correia, 1996, p. 109).

Os Ministérios e Secretarias foram divididos entre portugueses e membros dos movimentos de independência, e ficou acordada a criação de um Estado-Maior Unificado, com força militar mista, que jamais existiu por falta de disponibilização de efetivos pelas partes que, ao contrário, reforçavam suas forças autônomas para assegurar sua permanência nas áreas que controlavam. Desta forma, desrespeitaram um dos princípios básicos do Acordo passando, em seguida, a convidar forças militares estrangeiras para atuar conjuntamente, tendo assim internacionalizado a guerra civil – como o MPLA em relação aos soviéticos e cubanos, a FNLA com o apoio do regime de Mobutu do então Zaire, e, posteriormente, a UNITA com respaldo da África do Sul do regime de *apartheid*.

No caso específico do auxílio soviético ao MPLA, a sua primeira implicação concreta após o golpe de Estado português, em abril de 1974, foi o envio de pequenas armas à facção de A. Neto, em março de 1975, conforme atesta Martin James:

"Moscou, após um período de seis meses, começou a armar a facção de Neto exclusivamente. A União Soviética forneceu ao MPLA, um valor de US\$ 300 milhões em materiais em 1975, em comparação aos US\$ 54 milhões que havia fornecido ao longo dos catorze anos anteriores. As armas que foram enviados para o MPLA incluíam: fuzis de assalto AK-47, morteiros de 12 mm, canhões sem recuo de 24 mm e 75 mm, metralhadoras anti-aviões de 37mm e 14,5mm, tanques T-34 e

T-54 tanques, tanques anfíbios, MIG-21s, e mísseis antiaéreos SAM-7. O MPLA recebeu os suprimentos através de Pointe Noire, Congo, Dar-es-Salaam, Cabinda e Luanda. O grupo de Neto recebeu armas suficientes para equipar uma força de cinco mil a sete mil soldados. Militantes do MPLA distribuíram milhares de fuzis AK-47 para grupos do "poder popular" em guetos de Luanda, onde se mostraram essenciais para as batalhas entre o MPLA e a FNLA pelo controle de Luanda em 1975". (James III, 1992, p. 54)

Esta ajuda foi em parte fornecida para fazer face ao apoio crescente de Pequim ao principal rival do MPLA, a FNLA, uma vez que desde maio de 1974 contingentes de conselheiros militares chineses eram enviados ao campo principal de treinamento da FNLA, no Zaire, e em setembro do mesmo ano havia sido entregue armas e medicamentos ao movimento liderado por Holden Roberto¹.

Outros fatores influenciaram a decisão soviética de aumentar a participação em Angola: o aumento perceptível da força de Neto no seio do MPLA sugeria que ele poderia fornecer dirigentes eficazes e pró soviéticos.

A escalada soviética pode remeter também à um momento de equilíbrio de forças entre o MPLA e a FNLA, quando a UNITA não tinha ainda se imposto como uma força militar credível. Entre janeiro e fevereiro de 1975, a FNLA tinha conseguido um avanço rápido na construção de sua posição em Angola, e o auxílio contínuo do Zaire reforçou a confiança de Holden Roberto que quis traduzir a pequena vantagem militar da FNLA em uma vitória rápida, antes que ajudas suplementares soviéticas pudessem pender a balança para outro lado.

A ação que mais ameaçava a tomada de poder pelo MPLA desenrolava-se no sudeste de Angola, que era então alvo da Operação Savannah, lançada a 23 de outubro de 1975, e que consistiu na invasão das tropas sul-africanas, soldados do Exército de Libertação de Portugal (ELP), da UNITA e FNLA, em território angolano para apoiar a coligação FNLA-UNITA na tentativa de chegar a Luanda e impedir que o MPLA declarasse a independência unilateralmente.

¹ «China-Angola». CIA. National Intelligence Bulletin. November 5, 1975. (Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/document/0000126980> . Última visualização: 01 de agosto de 2017)

Apesar dos sucessos iniciais da operação, que avançou cerca de 3 mil km em 33 dias, fazendo cair as cidades por onde passava, foi detida na altura do rio Queve, a 500 km de Luanda, por ações da já instaurada Operação Carlota. A Operação Carlota trouxe a Luanda enormes quantidades de armamento e soldados cubanos. Iniciado o transporte de combatentes em princípios de outubro de 1975, com o envio de 680 instrutores militares, chegou a manter cerca de 37 mil soldados cubanos em Angola em fevereiro de 1976, manejando armas e artilharia vindas da URSS e de países socialistas (Gleijeses, 2002, p. 246). Com o auxílio militar de Cuba, o MPLA conseguiu vencer temporariamente o exército sul-africano aliado da coligação UNITA-FNLA, embora a retirada das tropas de John Vorster, presidente da África do Sul, do território angolano tenha ocorrido somente a 27 de março de 1976.²

A 11 de novembro de 1975 ocorreu a proclamação da independência de Angola em Luanda pelo MPLA, e a preocupação maior do movimento consistia em ser reconhecido pela comunidade internacional como legítimo representante do país. Esse reconhecimento, para além daquele que viria individualmente por parte de cada Estado, deveria, principalmente, advir das supranacionais Organização da Unidade Africana (OUA) e Organização das Nações Unidas (ONU).

A batalha diplomática pelo reconhecimento do governo do MPLA em Angola

À parte a luta militar que se seguiria, a batalha diplomática na qual se lançou o MPLA tinha José Eduardo dos Santos como Ministro das Relações Exteriores, cuja atividade culminou com o reconhecimento do governo da República Popular de Angola pela OUA, em fevereiro de 1976, e pela ONU, em 1º de dezembro do mesmo ano.

Durante o primeiro ano após a independência, os discursos presidenciais foram marcados pela afirmação do MPLA como única organização legítima, mencionando os outros dois movimentos, FNLA e UNITA, quase sempre através das críticas que faziam aos seus comportamentos em relação às parcerias internacionais, ou, mais comumente, por expressões

² Os números são ainda muito díspares dependendo da fonte que se utiliza, por esse motivo citamos também BENEMELIS, Juan. *Castro, subversão e terrorismo em África*. Lisboa, Europress, 1986. p. 248. «A 11 de novembro, dia da declaração unilateral da independência por parte do MPLA, existem mais de 7 mil soldados cubanos nesse país. Durante os meses de Dezembro e Janeiro a escalada cubana, OPERAÇÃO CARLOTA, acelera-se elevando primeiro a 12 mil, depois a 22 mil e, finalmente, em março, a 37 mil soldados as forças estacionadas em Angola. No entanto, existe no teatro bélico o equivalente a duas divisões cubanas, reforçadas com artilharia, tanques, aviação, helicópteros, etc. Em fevereiro, a escalada logística soviética ultrapassa os 400 milhões de dólares».

como «lacaio do imperialismo» ou «fantoche». Estas expressões remetiam ao fato de que não eram norteados por princípios ideológicos, e que somente representavam interesses externos e neocolonialistas, como podemos ler no discurso realizado por Agostinho Neto no momento da proclamação da independência:

«A luta que ainda travamos contra os lacaios do imperialismo que nesta ocasião se não nomeiam para não denegrir este momento singular da nossa história, integra-se no objetivo de expulsar os invasores estrangeiros, os mesmos que pretendem a neocolonização da nossa terra». (Neto, 1975, p.6)

Ao mesmo tempo, procuravam chamar a atenção para a internacionalização que havia sofrido a guerra, acrescentando críticas à administração portuguesa no período em que esteve em vigência o governo quadripartite, durante o ano de 1975, conforme ficou registrado no discurso proferido na ocasião da comemoração do 19º aniversário da fundação do MPLA, a 10 de dezembro de 1975:

"os zairenses, que foram quase trazidos aqui, graças à política chamada de neutralidade activa dos portugueses, que não conseguiram fechar a fronteira norte, enquanto aqui ainda tinham toda a capacidade para isso; estão aqui os sul-africanos que, também em combinas anteriores à nossa independência, construíram algumas barragens na fronteira sul". (Neto, 1975, p.7)

Quanto à atuação da OUA em relação à independência de Angola proclamada pelo MPLA, pode-se afirmar que foi bastante ambígua - havia um grande número de países-membros que consideravam que a FNLA, e conseqüentemente a UNITA dentro de uma coligação entre os dois movimentos, eram mais «genuinamente africanos» e legítimos do que o MPLA, e havia um enorme esforço por parte desses para provar que o apoio que o MPLA recebia da URSS e de Cuba só podia ser entendido como uma neocolonização do território angolano. A preocupação com este argumento está refletida no discurso feito pelo então vice-primeiro ministro, José Eduardo dos Santos, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas:

«E é surpreendente que aqueles que directa ou indirectamente manobravam a invasão ao nosso país, viessem depois protestar contra a presença de forças em Angola, que a solicitação do nosso Estado, tiveram por finalidade ajudar a expulsar os invasores! Por isso não

entendemos como a administração Ford/Kissinger tenha invocado a presença dos soviéticos e cubanos no nosso país como justificação do não reconhecimento da República Popular de Angola» (Santos, 2004, p. 10)

Como resposta às acusações sobre a presença cubano-soviética em Angola, e no contexto de afirmação do novo governo, o MPLA fazia por não distinguir as ações dos diferentes movimentos, mas sim os apresentava como algo quase único, eram *os inimigos, os sem-ideologia a serviço do imperialismo*, e para isto os associava aos países estrangeiros, fossem zairenses, sul-africanos, norte-americanos ou maoístas: *«Já vencido o colonialismo português, lançaram-se em Angola forças tenebrosas do imperialismo: os racistas sul-africanos, os zairenses, os mercenários, os maoístas, os fantoches da UNITA, da FNLA e da FLEC»*. (Neto, 1975, p. 6/7)

O ano de 1977 começou conturbado para o MPLA, que se via cindido em mais uma crise interna, que opunha, grosso modo, o ministro da administração interna, Nito Alves, e as altas patentes militares recém-admitidas, bem como alguns homens fortes do bureau político do MPLA. A crise tomou formas várias, como a rivalidade entre mais ou menos pró soviéticos, e a quantidade elevada de mestiços como altos quadros da hierarquia militar, e se precipitou numa revolta armada contra o governo do MPLA, em 27 de maio de 1977.

O acontecimento diminuiu as atenções às possíveis agressões externas, e o ano terminou com o primeiro congresso do MPLA, em dezembro de 1977, quando este converteu-se em MPLA-Partido do Trabalho, e assumiu um discurso mais claramente socialista e pró-soviético, conforme o esclareceu o presidente Agostinho Neto em discurso no Plenário da Cimeira da OUA, em julho de 1978: *«O MPLA Partido do Trabalho é marxista leninista. O povo angolano está disposto a construir o socialismo científico em Angola»*. (Neto, 1979, p.13)

Nesse mesmo contexto, Neto reforçou o apoio já explicitado às lutas amadas pelas independências do Zimbabwe e Namíbia, que teve seu ponto alto quando da visita de Sam Nujoma, presidente da SWAPO (South West Africa People's Organization), e Joshua Nkomo, presidente da Patriotic Front, do Zimbabwe, que estiveram presentes ao lado de Agostinho Neto no ato central em comemoração ao 22º aniversário de fundação do MPLA e 1º ano da criação do Partido, a 10 de dezembro de 1978. Em verdade, grande parte da política internacional de Angola, entre os anos 1975 e 1979, foi construída sobre a frase do presidente Neto: *«Na Namíbia e na África do Sul está o prolongamento da nossa luta»*.

1975-1979: a Linha da Frente e o fortalecimento da UNITA

Ao lado desse bordão esteve igualmente presente o discurso do não-posicionamento formal, que se inscreve igualmente na postura internacional oficial do grupo supranacional chamado Linha da Frente, constituído por seis Estados africanos – Angola, Zâmbia, Zimbábue (a partir de 1980), Moçambique, Botswana e Tanzânia -, e que baseava a sua existência no «combate contra as forças imperialistas», assinalando a necessidade indispensável do não-alinhamento em relação ao conflito Leste-Oeste.

A principal ação da Linha da Frente foi a luta pelas independências na África Austral e o fim do regime de *apartheid* na África do Sul, atrelada à independência da Namíbia. Entre os propósitos mais importantes para a criação da organização estava a proteção dos países da África Austral do anunciado desejo de Pieter Botha, então primeiro-ministro sul-africano, de construir para a África do Sul uma «constelação de estados» que lhe garantisse o reconhecimento internacional como potência hegemônica com a qual os outros países teriam que negociar a despeito do regime de *apartheid*. (Kalley, 1999, p. 462)

No plano interno de Angola, a FNLA passava a figurar cada vez menos e com menor importância nos discursos governamentais, e o seu enfraquecimento culminou com a assinatura de um acordo de paz entre Angola e o Zaire, em agosto de 1978. Em 1979, Holden Roberto exilou-se em Paris, e ainda que houvesse alguns combatentes da FNLA no Norte de Angola, a organização não tinha nem sombra do poderio militar que tivera no ano da independência, e havia perdido igualmente o poder de negociação com o governo do MPLA e em relação à comunidade internacional. (Correia, 1996, p. 109)

Os acontecimentos possibilitam a Agostinho Neto fazer um balanço positivo de suas relações fronteiriças, em outubro de 1978:

«Quer dizer que a paz foi feita com o Zaire, donde partiram os fantoches da FNLA, donde enfim partiram actos de agressão que nós tivemos que repelir. Por outro lado, temos a esperança que a partir da Namíbia, onde os sul-africanos têm estado a treinar, equipar e municiar os grupos fantoches da UNITA, a solução virá dentro em breve e, certamente, com essa modificação política nós poderemos ter a garantia, com uma Namíbia independente, de ter também tranquilidade na fronteira Sul. A fronteira Leste está garantida no sentido de paz e tranquilidade porque temos boas relações, excelentes relações, com a Zâmbia, e temos ainda,

por outro lado, muito boas relações de solidariedade, de cooperação, com a República Popular do Congo». (Neto, 1979, p. 95)

As atenções então se voltaram para UNITA que, a partir de 1978, começou a se refazer com o apoio dos Estados Unidos via África do Sul. A emenda Clark, que impedia o envio de financiamento para os movimentos que estavam em luta contra o MPLA, aprovada pelo senado americano em 30 de junho de 1976, havia os desfalcado muito. Mas, ainda que a emenda tenha sido revogada somente em 1985, durante o mandato de Ronald Reagan (1981-1989), o governo Carter (1977-1981) voltou a investir naquele que aparecia como um possível aliado dos EUA no governo de Angola, a UNITA, a partir do apoio dado a África do Sul, e mais tarde ao Zaire.

Em termos de alinhamento político, Jonas Savimbi, que fez treinamento de guerrilha na China, admitia que recebeu apoio daquele país em termos de formação e fornecimentos militares, mas que ainda que simpatizasse mais com a revolução chinesa, em comparação com o marxismo-leninismo soviético, não se deixaria manobrar em troca de auxílios e disse:

«Muito rapidamente, os responsáveis chineses compreenderam que a direção do novo movimento angolano de libertação nacional era comprometido, além deles mesmos, à sua independência. Essa direção era tão orgulhosa que não estava minimamente disposta a desempenhar o papel de simples peão num tabuleiro de xadrez em troca de apoio externo. Os dirigentes de Pequim perceberam, e deixaram de dar ensinamentos, ainda que sua assistência não estivesse isenta de ideologia" (Agboli, 1997. P. 71).

Ao lermos a Constituição da UNITA, publicada em 21 de agosto de 1973, podemos inferir que, assim como no caso chinês, Savimbi chamava uma revolução que seria levada a cabo por camponeses:

“Como filosofia, a UNITA adotou os seguintes princípios:

(...). b) Empreender uma guerra popular, baseada na mobilização total e sistemática dos camponeses, conduzida por um partido revolucionário, tendo em mente que os camponeses constituem 85% de toda a população africana em Angola. Contudo, sabemos que os camponeses, à parte as suas qualidades, possuem também as suas fraquezas como classe. Por conseguinte, deve ser criada entre eles uma consciência proletária para que possam servir os interesses fundamentais do Povo Angolano;

c) Aprender a ciência da guerra através da própria guerra. Pensamos que um povo escravizado que não ousa empenhar-se em possuir armas, manejá-las e empreender a luta armada, merece a escravidão perpétua” (Savimbi,1979. P. 166).

No entanto, o líder da UNITA, a despeito de ideologias, aliou-se com quem o pudesse prestar auxílio. A UNITA era o movimento pior armado no momento da proclamação da independência de Angola, e na sequência da formalização do governo do MPLA em Luanda, a FNLA não insistiu na luta contra o monopólio do poder exercido por aquele movimento, deixando a UNITA sozinha no cenário da internacionalização da guerra.

Bela Malaquias, esposa de Eugênio Manuvakola, o homem da UNITA que assinou o Protocolo de Lusaka, em 1994, e que depois esteve presa com toda a sua família por cerca de 3 anos no Bailundo, em entrevista a mim concedida afirmou que tudo o que havia visto no planalto central de Angola até aquele momento era o que chamou de « guerra urbana », e referiu que após a independência, quando começaram a correr os boatos por essas paragens sobre a chegada dos cubanos, passaram a ouvir barulhos de tanques e «obuzes», e que isso os teria levado a abandonar as cidades em massa a procura da «coluna do Savimbi», que se pensava ser «o único lugar seguro para se estar», como lemos abaixo :

“ Em fevereiro de 1976, veio o aviso de que os cubanos estavam chegando [ao Huambo] – e já era possível ouvir o barulho de tanques, obuzes, diferente das guerras que tínhamos visto até então, uma guerra urbana. (...)

Levamos poucas coisas, pois não tínhamos ideia de que não poderíamos mais voltar. E fomos do Huambo para o Bié. [A mãe, pai, irmãos e filha, Anita]. A minha irmã mais velha, que já tinha se juntado às fileiras da UNITA, já estava no Bié. E havia uma sensação de que onde o Savimbi estava havia segurança.

No entanto, como já havia guerrilhas no Huambo, havia carência de combustível.

O combustível do carro acaba. Eu saio do carro e acabo por ir , sozinha, para o carro de um amigo, sem a filha. Chego ao Bié, e os meus pais, que não tiveram como se movimentar, ficaram numa vila próxima, e depois voltaram para o Huambo.

Nós fomos para o Bié e ficamos automaticamente enquadrados na coluna do Savimbi.³

³ Entrevista com Bela Malaquias. Luanda, fevereiro de 2004.

O cenário descrito por Bela Malaquias é o início do episódio que ficou conhecido como a « Longa Marcha » da UNITA – iniciada a 14 de março de 1976, em Gago Coutinho, e terminada, em 28 de agosto do mesmo ano, em Cuelei, no planalto central angolano, cerca de 3.000 quilômetros distante do ponto inicial. A Longa Marcha foi um dos meios que, nas palavras do próprio Savimbi, garantiu que a UNITA sobrevivesse. É possível tomá-la como exemplo de ponto inicial desenvolvido na teoria de Charles Lacheroy de que a guerra revolucionária é formada por quatro partes - de início haveria um período de paz aparente, depois uma fase de terrorismo, e por fim a aparição de uma guerrilha organizada com o apoio das populações, antes de culminar na criação de uma organização político-administrativa clandestina e se possível da formação de tropas regulares (Lacheroy, 1954).

Essas etapas podem ser percebidas a partir da análise da formação da organização da força militar da UNITA por Agboli.

Numa primeira etapa, de 1976 a 1978, em relação a ação potente do fogo inimigo, a direção da UNITA não podia fazer mais do que a guerra de guerrilha, como ataques-surpresas, destruição de meios de transportes e sabotagem econômica - *"a destruição de caminhos de ferro, entre março e abril de 1976, os dois ataques na linha de Benguela, perto de Munhango, em setembro, depois o assalto em novembro à prisão de Missombo, perto de Menongue, e a libertação de cerca de cinquenta militantes da UNITA, provaram ao mundo que a resistência da UNITA estava ativa"* (Agboli, 1997, p.100).

Na segunda etapa, houve a proposta da formação de um exército semi-regular, a 23 de Março de 1977, na Província do Huambo, onde se traçou a estratégia da Guerra Prolongada. O Estado-Maior Coronel Valdemar Pires Chindondo, sob a orientação do Alto Comandante das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), Jonas Savimbi, lançou nessa altura o laboratório de aplicação da estratégia decidida no IV Congresso da UNITA, que somava ex-militares angolanos do exército português a instrutores formados na Tanzânia e Zâmbia, resultando na formação da primeira unidade semi-regular do Comandante Samanjolo, peça importante na criação da primeira Base Revolucionária de Apoio e de onde partiram comandantes e unidades para áreas de expansão, assim como cadetes para treinos na Namíbia e outros países.

O acontecimento que transformou o cenário angolano ocorreu durante esse mesmo ano de 1977: o deflagrar do conflito na rica província zairense do Shaba, a partir de Angola, de uma colônia de ex-gendarmes catangueses fortemente armados pelo MPLA e por Cuba. Savimbi soube aproveitar-se da situação, o que fica claro quando afirma:

"o Ocidente compreendeu que para fazer frente à uma penetração sovieta-cubana no Zaire, era preciso se apoiar na UNITA em relação a quem, até então, tinha muitas reservas. Eu tinha mantido contato com os americanos, e foi por intermédio deles que eu fui informado do desejo do presidente zaireense Mobutu Sese Seko de me ver. A informação levada para discussão no Congresso levantou muitas interrogações. Foi então que me pediram que me deslocasse à fronteira com a Namíbia, para dali passar à África do Sul e então para o Zaire".

(Agboli, 1997, p.101).

As terceiras e quartas etapas propostas por Charles Lacheroy, manifestaram-se na organização de uma estrutura político-administrativa clandestina e formação das tropas regulares, possibilitadas a partir do apoio internacional recebido no quadro da guerra fria. No início da década de 1980, a UNITA estava dotada de um exército convencional, capaz de apoiar tropas de guerrilhas atuantes por cerca de vinte anos de operações em todas as províncias de Angola. (Agboli, 1997, p. 103-105)

No entanto, a UNITA precisou abrir mão do seu caráter telúrico ao envolver-se com as forças internacionais, e, por fim, a formação de tropas regulares levou a que a sua luta perdesse a força da retórica que alicerçava os seus argumentos, criando cisões internas e a desconfiança de seus parceiros. Na sequência do recrudescer da guerra, ocorreu a morte de Agostinho Neto, em setembro de 1979, e José Eduardo dos Santos assumiu a presidência em 21 de setembro de 1979.

1979-1988: Savimbi enquanto representante dos interesses de Pretória e Washington

O governo de José Eduardo dos Santos deu continuidade à política de seu antecessor, conforme fica explicitado em sua fala em outubro de 1979, na Zâmbia:

«Nós, na nossa região, na África Austral, temos os problemas da libertação nacional da Namíbia, do Zimbabwe e da África do Sul. E não deixaremos de seguir os ensinamentos do Presidente Agostinho Neto e continuaremos a prestar a nossa ajuda, o nosso apoio material a estes povos oprimidos». (Santos, 2004, p.411).

Com as mudanças no cenário mundial e regional, o início da administração de Dos Santos é marcada pela crítica cada vez mais aguda ao regime de Pretória, e é quando passa a nomear o seu inimigo por Jonas Savimbi, como ocorre, pela primeira vez, no discurso feito no 23º aniversário do MPLA, em Benguela, a 10 de dezembro de 1979:

«o regime racista de Pretória, instalado na África do Sul, continua a sua política de agressão contra a RPA (não obstante ter aceite o princípio de uma zona desmilitarizada na nossa fronteira com a Namíbia), numa atitude desesperada, provocatória e irresponsável para manter um clima de tensão e de guerra não declarada, com o objetivo de defender desesperadamente duas causas perdidas: primeiro, a causa do seu lacaio e servidor fiel do imperialismo, o pobre Savimbi; e depois a questão da Namíbia, cuja ascensão à independência já é inevitável». (Santos, 2004, p.21)

A independência do Zimbabwe, em 1980, com a eleição de Robert Mugabe, contrariava as previsões da África do Sul que a partir de então intensificou ainda mais as agressões contra os países-membros da Linha da Frente que, por sua vez, passaram a receber maior apoio material e logístico da União Soviética e de países socialistas para conter e reagir às incursões armadas. (Nortje, 2015, p. 14)

Ao mesmo tempo, numa tentativa de desmoralização da UNITA os discursos presidenciais reiteravam a dependência daquele movimento em relação a África do Sul, e lembravam os seus acordos com os portugueses, bem como colocavam sempre os Estados Unidos como o grande empreendedor desta campanha contra Angola, contra as independências africanas e a favor do *apartheid* sul-africano.

A escalada da violência por parte do exército sul-africano e das FALA, a força armada da UNITA, praticada por meio da guerra, mas também através de sabotagens, minagens, emboscadas e ataques à circulação ferroviária e rodoviária, atingiu seu ponto crítico em agosto de 1981, com a invasão de Angola por cerca de quinze mil soldados sul-africanos, apoiados por blindados e aviação de combate, quando bombardearam a província da Huila e ocuparam parte da província do Cunene, na denominada Operação Protea. (Nortje, 2017, p. 41)

Em paralelo aos ataques militares, era feita uma propaganda com a intenção de demonstrar que na proteção da SWAPO estavam envolvidos não só o governo de Angola, mas os soviéticos –

como o que foi capturado na operação Protea, e apresentado como prova -, os cubanos e os alemães do Leste com meios de rádio localização e mísseis. A isto o presidente de Angola veio inúmeras vezes dar resposta, sempre negando o fato, e reiterando que não havia bases militares estrangeiras em território angolano. (Santos, 2004, p. 382)

Em resposta aos ataques, o governo de Angola passou a fazer uma campanha internacional para demonstrar que em Angola não era uma guerra civil que se vivia, mas sim uma guerra não declarada perpetrada pela África do Sul apoiada pelos Estados Unidos, e apelou a comunidade internacional que se posicionasse contra os ataques que Angola vinha sofrendo, como os demonstram os telegramas enviados em 25 de agosto de 1981 ao SG da ONU, Kurt Waldheim, a Fidel Castro, presidente dos países não-alinhados, e a Arap Moi, presidente do Kenya e da Organização da Unidade Africana. (Santos, 2004, p.384)

Internamente, o inimigo vai ganhando forma, a UNITA e Jonas Savimbi passam a ser apresentados como o verdadeiro problema a ser enfrentado pelos angolanos: *«Todos unidos devemos apontar as nossas armas contra os verdadeiros inimigos do povo angolano, os bandos armados da UNITA, treinados, armados e massivamente apoiados pelos racistas sul-africanos»* (Santos, 2004, p. 384).

Após três anos de intenso combate na fronteira sul – período em que se conta nove operações empreendidas pela África do Sul em território angolano-, em 1984 é assinado, em Lusaka, um acordo entre a República Popular de Angola e a África do Sul, prevendo a retirada das tropas sul-africanas, e o fim do apoio do governo de Angola a SWAPO.

No entanto, com o apoio que Jonas Savimbi vinha recebendo de alguns republicanos da Casa Branca, o MPLA poderia ter antecipado que o fim das hostilidades com a África do Sul talvez não significasse o fim da guerra. Em janeiro de 1985, ano da revogação da Emenda Clark, Santos declarou que apesar da assinatura de uma plataforma de entendimento com Pretória, que visava a retirada do exército de Peter Botha do território angolano, a África do Sul continuava mantendo o apoio a UNITA, tendo lançado no terreno a Operação Cabinda, em maio de 1985, alegando a busca por campos da SWAPO e African National Congress (ANC) no enclave petrolífero angolano.

No fim do primeiro mandato de Reagan, acentuou-se a deterioração das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, que acabou por agravar a situação política e militar na

África Austral, principalmente após a sanção econômica que os Estados Unidos impuseram aos Estados da Linha da Frente, acusando-os de sustentar o terrorismo praticado pela SWAPO e pelo ANC (Shubin, 2008, p. 184)

A guerra, a partir desse momento, se manteve em nível regional. Durante os anos de 1985 e 1990, o presidente de Angola organizou encontros, tentou diálogos e fez declarações com o objetivo de conseguir a retirada das tropas sul-africanas do sul de seu país. Numa entrevista dada ao jornal Washington Post, Ronald Reagan condenou o apartheid, mas criticou igualmente o que chamou de "guerrilhas que lutam para colocar fim ao regime de apartheid":

"Sim, nós nos Estados Unidos, por causa do que somos e daquilo que defendemos, temos exercido influência para fazer o bem. Temos também um imenso potencial para piorar as coisas. Antes de tomar medidas decisivas, devemos refletir sobre a questão fundamental: estamos ajudando a mudar o sistema? Ou será que estamos punindo os negros a quem pretendemos ajudar? a política americana, através de várias administrações, tem sido a de usar a nossa influência e nossa alavancagem contra o apartheid, e não contra pessoas inocentes que são vítimas de apartheid». (Reagan, 1986)

Em outras palavras, os Estados Unidos estavam enviando, desde 1983, cada vez mais armamentos para os países alinhados com o Ocidente, como o Zaire, o Marrocos, a Libéria, a Somália, o Sudão e a Tunísia, numa política de expansão de sua influência no continente africano. Por outro lado, durante o período de governação de Andropov na URSS, entre 12 de novembro de 1982 e 9 de fevereiro de 1984, e de Tchernenko, de 13 de fevereiro de 1984 a 10 de março de 1985, não houve um aumento do envio de auxílio para Angola, mais especificamente, e para a África como um todo.

Em fevereiro de 1986, o presidente Reagan recebeu Savimbi na Casa Branca, colocando em causa a posição do país como mediador para um acordo entre Angola e África do Sul, como ficou claro na correspondência trocada com o secretário geral da ONU, Javier Perez de Cuellar:

«No último encontro com uma delegação dos EUA, conduzida pelo secretário de estado adjunto, Dr Chester Crocker, em janeiro de 1986, a delegação angolana reiterou a vontade de prosseguir as conversações na base das propostas construtivas já avançadas. A administração Reagan, porém, não só revogou a Emenda Clark, que proibia a ajuda aos

fantoches angolanos a soldo da África do Sul, agrupados na UNITA, como se engajou de forma aberta no apoio militar, financeiro e de outro tipo, para agravar ainda mais a situação e aumentar o sofrimento do povo angolano. Por todas as atitudes acima descritas, concluímos que a actual administração americana não está imparcial e seriamente engajada nas negociações e, por outro lado, incluiu os problemas de Angola nos chamados «conflitos regionais» entre o Leste e o Oeste, para atrasar a resolução do problema da Namíbia e prolongar a vida do sistema do apartheid». (Santos, 2004, p. 385)

A partir de então, os enfrentamentos militares, principalmente no sul do país, passaram a ser mais frequentes, e em 11 novembro de 1987, após a importante batalha do Cuito-Cuanavale, a África do Sul admitiu publicamente a presença de contingentes militares no território angolano em apoio a UNITA (Bridgland, 2017, p.14). O governo angolano aproveitou para chamar a atenção da comunidade internacional, na Cimeira da OUA, na Etiópia, em novembro de 1987, para o fato da guerra não ser estritamente civil, e que o apoio de Peter Botha a UNITA significava que a mesma luta que os países africanos travavam contra o apartheid deveria ser levada a cabo contra a UNITA e Jonas Savimbi (Santos, 2004, p. 387).

Política de linkage e continuação da guerra em Angola

Apesar do clima de desconfiança, o estratega norte-americano Chester Crocker conseguiu levar adiante a realização da sua política de linkage, convencendo o governo de Angola a seguir com as conversações sobre a retirada das tropas cubanas do país e o fim do recebimento de apoio material e logístico da URSS, em contrapartida à retirada dos sul-africanos da parte sul do território e do cumprimento da resolução 435/78 da ONU, que estabelecia a independência da Namíbia. (Bridgland, 2017, p. 372-373)

No entanto, ficava claro que para o governo angolano este não era um acordo com a UNITA, ou seja, a UNITA não seria uma das partes contempladas ou levadas em consideração, pois o governo apostou – hoje sabemos que talvez erradamente – que a retirada sul-africana das fronteiras, e a independência da Namíbia, a enfraqueceriam a tal ponto que a anulariam como força de guerra. Prova disso são as constantes declarações de José Eduardo dos Santos:

«(...) Nós não pensamos na UNITA com ou sem Savimbi. É evidente que uma UNITA sem Savimbi deverá ser melhor, mas a UNITA é um instrumento da África do Sul. Os angolanos

que estão na UNITA são dominados pela África do Sul, não estão livres. Nós queremos libertá-los para que eles se sintam angolanos dignos e livres». (Santos, 2004, p. 386).

Ou respondendo à proposta de negociar a partilha de poder com Savimbi: *«Não há razões para a partilha de poder com os fantoches, pois consideramos que esse agrupamento terrorista desempenha nesse processo um papel complementar ao do exército racista. Isso significaria partilhar o poder com a própria África do Sul».* (Santos, 2004, p. 388)

Em maio de 1988, começaram as conversações tripartidas entre Angola, Cuba e África do Sul, em Londres, mediadas pelos EUA. São seguidas de encontros entre Chester Crocker e Adamishin, vice-ministro das relações estrangeiras da URSS, e da cimeira de Moscou entre Goarbatchev e Reagan, na qual chegaram a um acordo sobre a política para a África Austral. (Shubin, 2008, p. 216-217)

Ainda que em 22 de dezembro de 1988 tenham sido finalizados e assinados os acordos de Nova Iorque, a continuação não foi menos conturbada, e ficou claro que o conflito na África Austral era muito mais do que uma guerra por ideologias. A administração Bush declarou que manteria o seu apoio a UNITA; e os acordos de cessar fogo, assinados em Gbadolite entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, não foram cumpridos.

Em meio a queda do Muro de Berlim e a derrocada do mundo socialista, a África do Sul se posicionou outra vez ao lado de Savimbi e o apoiou nas ofensivas contra as tropas governamentais no Cuando Cubango. Ante a insistência dos EUA e África do Sul em manterem o apoio militar à UNITA, os cubanos declararam que não sairiam de Angola.

As maiores mudanças somente ocorrerão com o anúncio por De Klerk, presidente da África do Sul, da legalização do ANC e libertação de Nelson Mandela, prevista para 11 de fevereiro de 1990. A 21 de março deste mesmo ano é proclamada a independência da Namíbia. Com as turbulências internas vividas pelo derrocada do sistema de apartheid na África do Sul, a UNITA já não podia contar com o apoio do exército sul-africano na fronteira sul de Angola.

Paralelamente, a 10 de dezembro de 1990 o MPLA aprovou o multipartidarismo, e abandonava a sigla de *Partido do Trabalho*, o que ficou declarado em entrevista do presidente em entrevista ao semanário Expresso:

«*O estatuto especial para Jonas Savimbi, previsto em Gbadolite, já não existe. Com o multipartidarismo, cada um vai sobreviver de acordo com o veredicto popular. (...) A questão da integração das forças da UNITA nas Forças Armadas vai ter de ser vista à luz do desenvolvimento do Exército Nacional Único (...)*». (Santos, 1987, p. 397)

Ainda que tenha podido sempre contar com o apoio dos Estados Unidos – como o comprova o fato de ter sido recebido, em setembro de 1990, por George Bush na Casa Branca, o dirigente da UNITA concordou em manter conversações com o governo angolano, mediadas por Portugal, que chegaram a um consenso com a assinatura do cessar-fogo em Bicesse, a 15 de janeiro de 1991.

Em fevereiro de 1991, José Eduardo dos Santos anunciou a jornalistas dos jornais soviéticos Pravda, Izvestia e Tass, que a África Austral não ficaria isolada das transformações mundiais, reiterando que as mudanças em curso na União Soviética e no conflito mundial refletiriam diretamente nos conflitos regionais, incluindo a África Austral.

Conclusão

O que pretendemos foi acompanhar, através dos discursos presidenciais e análises de outros documentos e bibliografias, o dinamismo das relações internacionais e o processo de construção da UNITA, e de seu líder Jonas Savimbi, como inimigos do governo angolano representado pelo MPLA. No início do governo de Agostinho Neto, a UNITA atuava como coadjuvante de uma guerra maior travada pela FNLA, com o apoio do presidente Mobutu do Zaire. Durante os primeiros anos do governo Neto, a UNITA era apresentada como colaboradora do governo português, quando o inimigo maior ainda era o sistema colonial. Conforme se distanciou no tempo a data da independência, a África do Sul começou a ser apresentada, principalmente a partir de 1978, como o novo inimigo – a partir da assinatura do acordo de paz com Mobutu e a retirada de Holden Roberto para a França -, e a associação da UNITA passa a ser com o regime do apartheid. No entanto, é interessante notar que nos

discursos a que tivemos acesso, o nome de Jonas Savimbi só aparece no primeiro ano do mandato de José Eduardo dos Santos, em 1979.

Ao mesmo tempo, a entrada dos Estados Unidos no apoio à oposição ao MPLA reforçou o papel da UNITA como «fantoche» e «lacaio» do imperialismo, e foi o momento em que a bipolaridade da guerra fria se expôs mais claramente no palco da guerra em Angola. Após a queda do Cuando Cubango e parte do Cunene para os sul-africanos, e o reforço da guerra de sabotagens praticada em todo o território pela UNITA e mercenários, Savimbi passou a ser apresentado como o verdadeiro inimigo a vencer, a partir de 1981.

No entanto, o MPLA não levou a UNITA em consideração nos acordos de Nova Iorque, e só aceitou negociar com Savimbi após a continuação das ofensivas da África do Sul e do apoio dos Estados Unidos a despeito da assinatura dos acordos. A partir dos acordos de Gbadolite, mediados por Mobutu, em 1989, é que se pode dizer que a UNITA passou a ser vista como uma força a ser considerada e com quem o governo angolano haveria de negociar.

A partir deste momento, o cenário político mudará e dará lugar a um brevíssimo diálogo entre governo e UNITA, embora as incursões militares continuem quase ininterruptamente. Com as conversações acerca das eleições, os dois lados se veem obrigados a dar nova roupagem ao conflito: a do desejo pela paz.

No entanto, embora tenha havido eleições diretas em Angola, em 1992, Jonas Savimbi não aceitou o resultado favorável ao candidato do MPLA, José Eduardo dos Santos, e recomeçou a guerra ainda em Luanda. A questão que se pode colocar é que uma vez que o inimigo foi percebido ao longo dos anos pelos angolanos como sendo um agente externo, talvez não se tenha podido antecipar que a frustração do inimigo interno representaria a volta do estado de guerra. Em outras palavras, olhar para uma insatisfação interna que existia poderia comprometer a necessidade de unificação de um Estado recém-criado no último quarto do século XX, por isso colocar a guerra como sendo uma ação externa pode ter facilitado a construção do discurso nacional, mas não libertou Angola de uma disputa sangrenta pelo poder e, por que não dizer, também pela hegemonia cultural da nação.

BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, José Mena (Org). *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo*. Palavras de um Estadista. 1979-2004. Vol I Primeira República – 1979-1992. Luanda: Edições Maianga, 2004.

AGBOLI, Atsutsé Kokouvi. *Jonas Savimbi. Combats pour l'Afrique et la démocratie. Entretiens avec Atsutsé Kokouvi AGBOLI*. Lausanne: Favre, 1997.

BENEMELIS, Juan. *Castro, subversão e terrorismo em África*. Lisboa: Europress, 1986.

BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos. O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense. 2001.

BRIDGLAND, Fred. *Cuito Cuanavale. 12 months of war that transformed a continent*. Jeppestown: Jonathan Ball Publishers, 2017.

CORREIA, Pedro Pezarat CORREIA. *Angola - Do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin Editores, 1996.

CROCKER, Chester. *High noon in Southern Africa: making peace in a rough neighborhood*. New York: W. W. Norton, 1992.

DOBRYNIN, Anatoly F. *In Confidence: Moscow's ambassador to America's six Cold War presidents*. New York: Times Books, 1995.

GLEIJESES, Piero. *Visions of Freedom: Havana, Washington, Pretoria, and the Struggle for Southern Africa, 1976–1991*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press. 2013.
_____. *Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa, 1959–1976*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press. 2002.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*, Lisboa: Gradiva, 2007.

MARTIN JAMES III, W. *A Political History of the Civil War in Angola. 1974-1990*. USA/Londres: Transaction Publishers, 1992.

MESSIANT, Christine. «L'Angola dans la guerre», *Politique Africaine No. 57*. 1995. pp. 3-11.

SHUBIN, Vladimir. *ANC. A view from Moscow*. Cape Town: Jacana Media, 2008.

_____. *The Hot "Cold War": The USSR in Southern Africa*. Londres: Pluto Press; Scottsville; South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008.

NETO, Agostinho. *Discursos*. Cadernos Populares, Nº 1, Luanda, 1975.

NETO, Agostinho. *Discursos de Agostinho Neto. Seleção de Discursos 1962-1978*. Luanda: DEPI, 1979.

NORTJE, Piet. *The Battle of Savate. 32 Battalion's Greatest Operation*. Cape Town: Zebra Press, 2017.

KALLEY, J. A. et al. *Southern African Political History: A Chronology of Key Political Events from Independence to Mid-1997*. Greenwood: London, 1999.

LACHEROY, Charles. *Action Viet-Minh et communiste en Indochine, ou une leçon de "guerre révolutionnaire"*, Centre d'études asiatiques et africaines, Paris, 1954.

REAGAN, Ronald. Washington Post, 10 septembre 1985, A12. Disponível em: <https://piie.com/commentary/speeches-papers/case-62-2-and-85-1> última consulta: 03 de agosto de 2017]

SAVIMBI, Jonas. *Angola: a resistência em busca de uma nova nação*. Lisboa: Edição da Agência Portuguesa de Revistas, 1979.

Kelly Cristina Oliveira de Araujo: Pós-doutorado (atual) sob supervisão do professor Doutor Luiz Felipe de Alencastro, na Escola de Economia de São Paulo, da FGV, sob o tema "Do MPLA à Angola. A guerra civil, crises internas, conflitos locais e apoios externos nos arquivos Wikileaks (1973-1980), Doutorado na Université Sorbonne - Paris IV, Escola Doutoral II (história Moderna e Contemporânea, com trabalho intitulado ", *Politique et militarisme en Angola : les relations entre le Mouvement Populaire de Libération de l'Angola (MPLA) et l'Union des Républiques Socialistes Soviétiques (URSS) 1965-1985*", defendido em 2014, tendo obtido menção "très honorable"., Mestrado na Universidade de São Paulo, com título "'Um só povo, uma só nação": o discurso do Estado para a construção do homem novo em Angola (1975-1979)", na área de História Social, defendido em 2005.

Como citar este artigo:

Araujo, Kelly Cristina Oliveira de; Luanda, Moscou, Pretória e Washington: os discursos presidenciais em Angola sobre as relações internacionais e o conflito com a UNITA (1975-1991). In REVISTA TRANSVERSOS. "Dossiê: REFLEXÕES SOBRE E DE ANGOLA - INSCREVENDO SABERES E PENSAMENTOS". Nº 15, Abril, 2019, pp.315-335 Disponível em <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos/index>>. ISSN 2179-7528. DOI:10.12957/transversos.2019.41858.